



SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SNS: “À BEIRA DO CAOS”

No debate sobre saúde requerido pelo PSD, Rui Rio traçou o retrato do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e acusou o Executivo socialista de ter “prejudicado gravemente muitos portugueses”, com mais de um milhão de portugueses que continuam sem médico de família e 200 mil aguardam por uma cirurgia



pág. 6

PARLAMENTO

PT2030: 15 DIAS DE CONSULTA PÚBLICA É “INACEITÁVEL”

Numa pergunta ao ministro do Planeamento, os deputados do PSD estranham “que o Governo tenha decidido que esta consulta pública ocorra apenas durante” duas semanas



pág. 7

LOCAIS

MERCADO DO BOLHÃO É UMA “NOVELA ITERATIVA”

Vladimiro Feliz, vereador social-democrata da Câmara Municipal do Porto, acredita que o Mercado do Bolhão seja inaugurado “ainda neste mandato”



pág. 9

REGIONAIS

PRESTÍGIO DA FORMAÇÃO NÃO DEPENDE DE “VARINHA MÁGICA”

José Manuel Bolieiro falava, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, na sessão de encerramento do Fórum Regional da Qualificação Profissional, dia 20 de novembro

RUI RIO NA CIP**“O FOCO É MELHORAR A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA” PARA AS EMPRESAS PAGAREM MELHORES SALÁRIOS**

Rui Rio defende que o foco dos governos deve ser “melhorar a competitividade da economia, para as empresas venderem mais e a melhor preço” e desta forma “pagarem melhor”.

O Presidente do PSD, que reuniu dia 17 de novembro com a CIP (Confederação Empresarial de Portugal), considera que todos os agentes, políticos e gestores, querem que “o SMN suba muito, mas por força da riqueza produzida e não de forma administrativa”. “Não é normal um país em que o SMN começa a encostar ao salário médio, o que pretendemos é que os portugueses ganhem mais, não é administrativamente forçar”, sublinha Rui Rio.

O líder do PSD salienta que a prioridade é “nivelar por cima e não nivelar tudo por baixo”, pelo que “o país quer é estar o mais próximo possível da média europeia, já que os salários em Portugal são muito baixos”.

Na reunião com a CIP, Rui Rio revelou que não foi discutida a recente proposta do Governo na concertação social para subir o SMN, mas “a questão dos salários de um modo geral”. “Nós em Portugal temos assistido a que o SMN tem vindo a encostar ao salário médio, porque o mínimo é definido administrativamente e o médio pela economia e pela riqueza que produzimos”, explicou.

AUTOVOUCHER É “CONFUSO E BUROCRÁTICO”



Rui Rio qualifica o programa AUTOvoucher de “confuso e burocrático”, defendendo que seria preferível o Estado descer o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) enquanto os preços dos combustíveis permanecerem tão altos.

No final da apresentação do livro “Reforma Fiscal para o Século XXI”, de Joaquim Miranda Sarmiento, dia 17 de novembro, o líder do PSD declarou que seria mais simples o Estado reduzir o imposto sobre os produtos petrolíferos numa altura em que o preço do petróleo está alto e depois subi-lo, quando o preço do petróleo descer. “Acompanho, acho que não é eficaz, há burocracia há mais. No caso dos combustíveis, ainda é mais flagrante, ninguém entende nada. Pagamos o imposto e depois o imposto é devolvido num esquema burocrático? Para que é que é preciso envolver os contribuintes nesta confusão?”, interrogou.

Rui Rio entende que a opção do Governo em criar o AUTOvoucher acaba por ser propositada, já que cria confusão nos contribuintes. “Penso que o Governo faz isso para ser tão confuso que os contribuintes acabam por não fazer nada e pagar o imposto”, disse.

Sobre a política fiscal, Rui Rio referiu que a redução de impostos será definida no programa eleitoral. “No quadro fiscal, este é mais um documento. A carga fiscal é um fim. Este estudo vem dar um contributo”, definiu.

A este propósito, Rui Rio elogiou a obra do Presidente do CEN, adiantando que será um “instrumento muito importante para o programa eleitoral” do PSD.

Joaquim Miranda Sarmiento explicou que este livro reúne contributos de 41 fiscalistas, em que cada um escreveu “um capítulo da sua inteira responsabilidade”. “Os tempos políticos aceleraram, é algo que não controlamos, este trabalho está feito. Não é património do CEN, nem do PSD, mas do país”, sintetizou o economista.

“REFORMA FISCAL PARA O SÉCULO XXI”, DE JOAQUIM MIRANDA SARMENTO, JÁ ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DO PSD

Está disponível para consulta no “site” do PSD o livro “Reforma Fiscal para o século XXI”, de Joaquim Miranda Sarmiento, presidente do Conselho Estratégico Nacional (CEN).

Esta obra, que reúne contributos de 41 fiscalistas reputados, com diferentes perspetivas e de diversos quadrantes políticos, distribui-se ao longo de sete capítulos, e procura responder a três questões essenciais: Como pode o sistema fiscal ajudar a tornar a economia mais competitiva?; Como simplificar e reduzir os custos de contexto?; Como estruturar o mix da receita fiscal?

“É importante que os portugueses tenham noção que a margem para reduzir impostos nos próximos anos depende sobretudo do crescimento da riqueza gerado pelo país, em combinação com uma política de racionalização da despesa pública, que possa contribuir para o alívio, merecido e desejado, da carga fiscal, na senda da tendência das finanças públicas modernas traduzida na transição da função redistributiva do Estado da vertente da receita para a despesa”, alertam Joaquim Miranda Sarmiento e João Silva Lopes, no capítulo I.



RUI RIO NO PARLAMENTO

SNS: “À BEIRA DO CAOS”

No debate sobre saúde requerido pelo PSD, dia 19 de novembro, no Parlamento, Rui Rio traçou o retrato do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e acusou o Executivo socialista de ter “prejudicado gravemente muitos portugueses”.

Para o Presidente do PSD, o SNS está “à beira do caos”, com mais de um milhão de portugueses que continuam sem médico de família e 200 mil aguardam por uma cirurgia. “Seis anos depois desta promessa, a verdade é que mais de um milhão de portugueses, pura e simplesmente, não têm médico de família. Não sabem o que fazer quando precisam de tratar de um dos valores mais importantes da sua vida, que é, sem margem para dúvidas, a saúde”, destacou.

Rui Rio acusa o PS de persistir na “propaganda” e de falhar também no período da pandemia de covid-19. “Em matéria de Saúde, o Governo do PS, que agora cessa funções, falhou. Não só não cumpriu o que prometeu, como ainda deixou degradar a situação que herdou”, afirmou Rui Rio no encerramento da interpelação do PSD.

Rui Rio denunciou ainda “as longas filas de espera de madrugada” para consultas, o agravamento das listas de espera, e “a frustração e desmotivação dos profissionais do SNS”, dizendo que “não surpreendem as sucessivas dezenas de demissões em bloco” de vários diretores de serviço por todo o país. “Nas consultas hospitalares, a percentagem dos atendimentos realizados para além dos tempos máximos de resposta garantida, que era de 26% em 2015, está, hoje em 40%”, especificou.

O líder do PSD considera que competia ao Governo “ter mobilizado todo o sistema de saúde que Portugal tem instalado nos três setores fundamentais: público, privado e social. Porque os preconceitos ideológicos não podem ser uma barreira à saúde das pessoas”.

Citando um relatório recente da OCDE, Rui Rio acusou o Governo de não estar à altura das suas responsabilidades. Só assim se explica que Portugal fosse “um dos países com maior sobre mortalidade não covid”, quando “morreram mais cerca de sete mil pessoas por causas não-covid face à média dos últimos 5 anos; um número de mortes avassalador e cujas causas, num País civilizado, deveriam ser devidamente apuradas”.

“Não surpreendem as sucessivas demissões em bloco de dezenas de médicos responsáveis por serviços hospitalares, como tem sucedido em Braga, Leiria, Setúbal, no Porto ou em Lisboa. Sendo este o estado do Serviço Na-



cional de Saúde, após os seis anos de governação socialista, só podemos concluir que os seus resultados finais são maus e que prejudicaram gravemente muitos portugueses. Em matéria de Saúde, o Governo do PS, que agora cessa funções, falhou. Não só não cumpriu o que prometeu, como ainda deixou degradar a situação que herdou”, frisou.

Rui Rio defende que além de uma mudança na “política de saúde”, Portugal precisa de uma substituição dos “principais protagonistas”. “Impõe-se, para defesa da saúde dos portugueses e, fundamentalmente, para um cabal cumprimento dos seus direitos constitucionais”, apontou.

RUI RIO NO HOSPITAL SÃO BERNARDO

Rui Rio considera “chocante” o estado do serviço de urgência do Hospital São Bernardo em Setúbal. Em visita às instalações desta unidade hospitalar, esta quinta-feira, acompanhado por uma delegação do grupo parlamentar do PSD, Rui Rio deparou-se com “um défice de instalações chocante no serviço de urgência”, que se repete um pouco por todo o país.

“É chocante ver que uma pessoa precise de vir ao hospital, ter de vir a este – e muitos outros estão na mesma circunstância –, e de repente se vê ali nos corredores, muitas pessoas, idosos e não só”, disse.

O Presidente do PSD especificou que o estado do funcionamento desta unidade não se deve à pandemia por covid-19, “não é de ordem conjuntural”, mas “estrutural, que carece de uma atenção especial e aprofundada” e que se replica em vários hospitais públicos, razão que motivou a demissão em bloco de corpos clínicos e diretores de serviços.

Além do estado de degradação no setor da Saúde, Rui Rio acusa o Governo de ter deixado os serviços públicos atingido um patamar de “desgraça”, quer na Segurança Social quer nos registos/lojas do cidadão.

“O balanço de governação do PS nos serviços públicos é uma desgraça. (...) Quase tudo piorou. Este é o balanço que podemos fazer da política de saúde.

Ainda ontem recebi um email de uma portuguesa a contar o seu drama para obter a reforma a que tem direito”, declarou.



ÁLVARO AMARO QUER APOIOS PARA COMPENSAR O AUMENTO DOS CUSTOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



Álvaro Amaro, eurodeputado do PSD, dirigiu uma pergunta escrita à Comissão Europeia, subscrita pelos seus colegas eurodeputados do PSD, sobre as medidas para mitigar o efeito do aumento dos preços dos fatores de produção, do combustível e da eletricidade na produção agrícola da Europa.

Num contexto da atual crise energética “os agricultores necessitam de preços estáveis dos custos dos fatores de produção, para poderem calendarizar adequadamente o seu ano agrícola” – pode ler-se na pergunta formulada pelo PSD no Parlamento Europeu.

Os eurodeputados social-democratas alertaram para os perigos do efeito combinado da escalada dos preços dos fertilizantes e das rações, e o aumento do gasóleo agrícola e do valor a pagar pela eletricidade, resultante da atual crise energética e dos combustíveis. Para Álvaro Amaro, esta situação é ainda mais preocupante nos países do sul da Europa que dependem da eletricidade para desenvolver a agricultura de regadio.

Neste contexto de aumento dos custos dos fatores de produção e de uma possível redução da produção e aumento do preço do produto ao consumidor, os eurodeputados perguntaram à Comissão Europeia se tem previstas medidas para mitigar os efeitos deste aumento e se lançará soluções para garantir o abastecimento da cadeia alimentar a preços acessíveis.

GOVERNO DEIXA A “SAÚDE DOENTE”

O PSD atribuiu aos sucessivos governos socialistas, e em especial ao atual executivo de António Costa, a responsabilidade pela deterioração da saúde dos portugueses. “O modelo socialista de gestão da saúde falhou”, sintetizou vice-presidente da bancada social-democrata Ricardo Baptista Leite, na abertura do debate sobre saúde, dia 19. “Ao longo de décadas geraram mais despesa, mais listas de espera e as pessoas têm cada vez mais dificuldade no acesso à saúde”, realçou.

Enumerando os “factos indesmentíveis” que provam que a saúde está hoje pior do que antes, Ricardo Baptista Leite disse que a ministra da Saúde “termina funções deixando a ‘saúde doente’, um SNS debilitado e um sistema de saúde sem rumo”.

“O Governo falhou na saúde porque assenta a sua ação num modelo ideologicamente limitado, incapaz de otimizar os meios disponíveis no país. Fechado sobre si mesmo, num endeusamento do estatismo centralizador, é incapaz de gerar melhor saúde para todos”, apontou o vice-presidente da bancada social-democrata para a área da saúde, rejeitando que tenha sido a Covid-19 a criar os problemas que hoje se fazem sentir. “O que fez foi colocar uma lupa sobre as fragilidades de um sistema já doente. E depois a pandemia tudo agravou”, sublinhou.

Em face de um novo ciclo político, Ricardo Baptista Leite afirmou que “o atual modelo de gestão e financiamento do SNS está errado e tem de mudar”, apresentando em alternativa o compromisso do PSD de “reformular o SNS e o sistema de saúde como um todo”.

Por um lado, explicou, “propomos a implementação imediata de medidas de emergência que respondam às necessidades mais prementes dos doentes. Por outro lado, iremos implementar um conjunto de reformas estruturais que otimizem o sistema de saúde, de modo a gerar melhores resultados em saúde – ou seja, pessoas mais saudáveis –, e assente num modelo economicamente sustentável”, afirmou.

Ricardo Baptista Leite concluiu assumindo o “compromisso de refundar o Serviço Nacional de Saúde para o século XXI, colocando a pessoa no centro de toda a nossa ação”, concretizando “o sonho de uma saúde para todos”.

INFARMED: PSD DEFENDE MAIS MEIOS HUMANOS PARA VACINAÇÃO

O PSD defende que se coloquem “todos os meios necessários” ao serviço da vacinação, mas através da criação de equipas próprias para não prejudicar os doentes não-covid.

No final da reunião do Infarmed, dia 19 de novembro, Ricardo Baptista Leite alertou que “o maior sinal de preocupação que sai da reunião é, percebendo que a vacinação nos permite como país garantir que não temos de impor medidas restritivas no futuro imediato, vemos que por falta de meios para os centros de vacinação podemos não conseguir vacinar todos os que têm de estar vacinados até 19 de dezembro”. Face a esse cenário, o Vice-Presidente da bancada do PSD apelou ao Governo para “que se colo-



quem todos os meios necessários” ao serviço da vacinação para se minimizar “ao máximo” o impacto da doença no próximo inverno, isto sem colocar em causa a resposta “aos doentes com outras doenças”.

De acordo com o deputado, “os centros de saúde não aguentam mais ver os seus médicos, os seus enfermeiros, os seus profissionais a serem retirados para serem colocados em centros de vacinação. A partir do momento em que assumimos que a vacinação nos próximos meses vai ter de ser uma prioridade, temos de ter equipas próprias para a vacinação e, agora no inverno, equipas próprias para tratar de doentes respiratórios sem afetar a atividade de centros de saúde”, defendeu o social-democrata.

Por outro lado, o deputado social-democrata apelou a que sejam adotadas outras medidas como “a ventilação e a medição do dióxido de carbono em espaços fechados”, como salas de aulas e de espetáculos, bem como a que se discuta o acesso aos tratamentos que começam a aparecer no mercado.

Ricardo Baptista Leite deixou ainda a garantia de que “a vacinação funciona, salva-vidas e evita casos graves de covid-19”, deixando o apelo para que os portugueses se vacinem.

PT2030: 15 DIAS DE CONSULTA PÚBLICA É “INACEITÁVEL”

O PSD considera “inaceitável” a decisão do Governo de colocar em consulta pública o projeto de Acordo de Parceria Portugal 2030 (PT2030) durante apenas 15 dias, pelo que pretende que o Governo alargue o tempo de consulta pública do projeto para 45 dias.

Numa pergunta dirigida ao ministro do Planeamento, dia 17 de novembro, os deputados do PSD estranham “que o Governo tenha decidido que esta consulta pública deva decorrer apenas durante” duas semanas.

“Impõem-se, por isso, que o Governo corrija a decisão e alargue o tempo de consulta pública até ao final do corrente ano, passando o tempo de consulta e do envio dos diferentes contributos de quinze para 45 dias”, sustentam os deputados.

Assim, o PSD pergunta ao ministro do Planeamento se o Governo vai prolongar ou manter este prazo, pretendendo ainda saber se o executivo socialista se vai abster, “durante o mês de janeiro, de tomar decisões que vinculem, para o futuro, o Estado português junto da Comissão Europeia”.

“Vai mesmo o atual Governo deixar para o próximo Governo a decisão final e a assinatura do Acordo com a Comissão Europeia”, perguntam ainda.

O PSD considera “igualmente desejável que este Governo, durante o mês de janeiro e muito especialmente durante o período de campanha eleitoral, se abstenha de vincular o Estado português junto da Comissão Europeia em decisões que, mais tarde, o novo Governo pretenda rejeitar”.

“E se enfatizamos este ponto é até para que, como aconteceu na campanha eleitoral autárquica com o Programa de Recuperação e Resiliência, os membros do atual Governo, a começar pelo Primeiro-Ministro, não caiam na tentação de ‘leiloar’ o Acordo de Parceria fazendo dele um instrumento de propaganda, na campanha eleitoral para as eleições legislativas”, alertam.

O PSD pergunta:

1. Vai o Governo prolongar o prazo de debate público do projeto de Acordo de Parceria-Portugal 2030 até ao final do ano de 2021 ou vai manter o atual prazo de quinze dias?
2. Vai o Governo abster-se, durante o mês de janeiro, de tomar decisões que vinculem, para o futuro, o Estado Português junto da Comissão Europeia?
3. Vai mesmo o atual Governo deixar para o próximo Governo a decisão final e a assinatura do Acordo com a Comissão Europeia?



PORTO

MERCADO DO BOLHÃO É UMA “NOVELA ITERATIVA”

O vereador social-democrata da Câmara Municipal do Porto Vladimiro Feliz acredita que o Mercado do Bolhão seja inaugurado “ainda este mandato” e que, até lá, vai continuar a assistir a “esta novela iterativa”.

“Os taipais foram retirados na campanha dando a ilusão de que algo iria acontecer rapidamente. Estamos em dezembro, fala-se da entrega das chaves aos comerciantes até ao final do ano e fala-se da entrega da obra para o primeiro trimestre [de 2022]”, afirmou Vladimiro Feliz à margem de uma visita à Associação Porto Solidário, em Aldoar, dia 20 de novembro.

O vereador do PSD da autarquia portuense disse esperar que o Mercado do Bolhão – cujo prazo voltou a derrapar – seja inaugurado “ainda este mandato”, ou seja, final de 2025.

Até que isso aconteça, Vladimiro Feliz afirmou que vai continuar a assistir a “esta novela iterativa”. O prazo de conclusão das obras de restauro e modernização do Mercado do Bolhão, que deviam ficar concluídas “ainda este ano”, vai sofrer um “reajustamento” devido a “vicissitudes várias”, revela uma proposta do executivo municipal que vai ser votada na reunião do executivo de segunda-feira.

A empreitada de restauro do Mercado do Bolhão foi consignada oficialmente a 15 de maio de 2018, prevendo-se, à data, um prazo de dois anos para a conclusão dos trabalhos. Contudo, em dezembro de 2019, a autarquia anunciou que as obras de requalificação, cujo término estava previsto para maio de 2020, iriam ser prolongadas por mais um ano, devido à necessidade de alterar “o método construtivo”.

Durante as obras de restauro do Bolhão, todos os comerciantes do interior do edifício prosseguiram a sua atividade no Mercado Temporário, instalado no centro comercial La Vie, na Rua Fernandes Tomás, tendo assinado um contrato com autarquia através do qual foi assumido o seu regresso, após a realização das obras de restauro e modernização. À data, foi dada a possibilidade de continuar a sua atividade no Mercado Temporário do Bolhão, continuar a sua atividade num espaço alternativo, ou suspender a sua atividade durante o período de obras.

METRO DO PORTO: HÁ UMA “GRANDE DIFICULDADE EM ARTICULAR” A EXECUÇÃO DAS OBRAS

“Sentimos que hoje há uma grande dificuldade em articular obras, mais uma vez um problema de articulação e planeamento na cidade. Na última reunião, presidente da Câmara do Porto partilhou connosco aquela que era a sua dificuldade de influenciar muitas obras do estado central, da Metro do Porto e do debate recente que houve em torno da ponte também sentimos essa dificuldade”, observou.

Em 8 de novembro, o presidente da Câmara do Porto admitiu, durante a reunião do executivo, estar preocupado com o impacto das obras de expansão do metro, nomeadamente com as soluções defendidas para a estação da Praça da Liberdade e para a nova ponte sobre o Douro. As obras de expansão da rede de Metro do Porto vão condicionar, pelo menos, durante um ano e meio, a mobilidade nas cidades do Porto e Gaia, com alguns dos principais acessos interditos à circulação automóvel.

No Porto, a empreitada de construção da Linha Rosa, que vai ligar S. Bento/Praça da Liberdade à Casa da Música, servindo o Hospital de Santo António, o Pavilhão Rosa Mota, o Centro Materno-Infantil, a Praça de Galiza e as



faculdades do polo do Campo Alegre, arrancou no final de março, tendo pelo menos desde maio causado condicionamentos de trânsito, nomeadamente na Praça da Liberdade, onde a circulação automóvel no primeiro troço da via poente está interrompida desde 12 de outubro. A Linha Rosa terá quatro estações e cerca de três quilómetros de via, ligando São Bento/Praça da Liberdade à Casa

da Música, sendo que as obras deverão prolongar-se até ao final de 2023. Em simultâneo, está também em desenvolvimento a empreitada de extensão da Linha Amarela, que atualmente cruza o rio Douro através da ponte Luís I, partindo do Hospital de São João, no Porto, até Santo Ovídeo, em Vila Nova de Gaia, que está também a impor condicionamento de tráfegos.

PENACOVA APROVA 1,3 MILHÕES DE EUROS PARA PROJETOS DE REGENERAÇÃO URBANA



A Câmara de Penacova aprovou um conjunto de projetos para o concelho na área da regeneração urbana cujo valor total ultrapassa os 1,3 milhões de euros, anunciou a autarquia. Para a sede do concelho, no distrito de Coimbra, foram aprovadas a execução de uma rotunda no largo D. Amélia, na entrada da vila, e a requalificação da rua de São João, iniciativas que totalizam 509 mil euros de investimento.

“Este projeto está sujeito a revisão, nos termos legais, apresentando uma maturidade que permite a sua candidatura a fundos comunitários de regeneração urbana, em consonância com os estudos decorrentes da Área de Reabilitação Urbana de Penacova”, refere em comunicado o município de Penacova, cujo executivo é presidido pelo ex-jornalista Álvaro Coimbra, eleito para o cargo nas eleições autárquicas de 26 de setembro.

Em 18 de novembro, dia da reunião quinzenal da Câmara Municipal, foi também assinado um contrato para uma intervenção que visa corrigir um deslizamento ocorrido na rua Artur Soares Coimbra, uma despesa que ascende a 225 mil euros.

Para a vila histórica de Lorvão, “foram aprovados dois projetos que se complementam entre si”: a remodelação da Casa do Monte (200 mil euros) e a Oficina do Palito e arranjos exteriores (92 mil euros).

Álvaro Coimbra afirma que a Câmara “irá procurar apoios para as obras cujos projetos agora aprovou”, com os quais pretende dar resposta à “coesão territorial que resulta da distribuição dos investimentos pelas três vilas” do concelho: Penacova, Lorvão e São Pedro de Alva.

“Com estes projetos, a Câmara Municipal espera iniciar uma dinâmica de reabilitação urbana na envolvente do mosteiro de Lorvão, acomodando intervenções em edifícios públicos e privados e nos espaços públicos envolventes”, adianta o autarca eleito pelo PSD.

São Pedro de Alva foi contemplada com a aprovação de um projeto de requalificação urbana entre o nó do IC6 e o “centro urbano consolidado”, junto à capela de Santo António, “que irá permitir a criação de uma nova imagem de urbanidade”.

“Que este seja um contributo para o muito que falta fazer na reabilitação, na requalificação e na regeneração urbanas, num caminho ambicioso que se estenderá a todos os aglomerados urbanos do território municipal”, acentua o presidente da Câmara.

PRESTÍGIO DA FORMAÇÃO NÃO DEPENDE DE “VARINHA MÁGICA”

O presidente do Governo dos Açores considera necessário “virar uma página de descrédito e de desconfiança para uma página de prestígio da formação”, sublinhando que tal não se faz com “uma varinha mágica”, mas com rumo “estratégico”.

“Temos, pois, que virar uma página de descrédito e de desconfiança para uma página de prestígio da formação, confiança nos resultados dos formandos para singrarem com sucesso na sua vida pessoal, familiar e potenciar a economia, o sucesso das empresas do seu próprio empreendedorismo em benefício do desenvolvimento global dos Açores. É disso que tratamos e não estamos no exercício mesquinho de, com a varinha mágica, de um dia para o outro ter ultrapassado o menos bom para o excelente ou mesmo do mau para o bom”, afirmou José Manuel Bolieiro.

O chefe do executivo açoriano falava, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, na sessão de encerramento do Fórum Regional da Qualificação Profissional, dia 20 de novembro. “Nós estamos a perspetivar um pensamento estratégico, um percurso cronológico à década, porque estas mudanças não se fazem num instante”, sustentou José Manuel Bolieiro, reiterando que o projeto do XIII Governo Regional definiu, entre as suas prioridades, a educação e “dar prioridade a qualificação profissional”.

Segundo Bolieiro, “fazer-se o caminho rumo ao sucesso, sem vacilar às primeiras contrariedades, mas pelo contrário afirmando a convicção de que o percurso é que está correto”.

“Não podemos, no entanto, estar satisfeitos à data de hoje com os lugares que os Açores e os açorianos têm nestes rankings de competências humanas e de qualificação pessoal. Há muito para fazer, há muito para alcançar, há muito para corrigir, há muito para estimular”, reforçou.

José Manuel Bolieiro destacou ainda a importância da realização do Fórum Regional da Qualificação Profissional, um



“evento de conteúdos inestimáveis” para “uma estratégia regional”, adequada “à especificidade de cada território”.

“É bom que nos possamos colocar do lado dos que fazem o futuro e não dos que se limitam a querer fazer previsões do futuro. É essencial na condução da nossa existência, muito para além do viver apenas a vida, podermos pre-

parar o futuro em vez de aguardarmos por ele ou dele apenas limitarmo-nos a previsões sobre o mesmo. E é isso que estamos aqui a fazer. E estamos por isso do lado certo da margem correta relativa a este horizonte dos desafios” para a próxima década da qualificação profissional, salientou ainda na intervenção.

PS APRESENTA-SE “SEM UMA ÚNICA IDEIA OU PROPOSTA” ORÇAMENTAL



João Bruto da Costa, líder parlamentar do PSD/Açores, afirmou, dia 22, que o Partido Socialista se apresenta no debate do Orçamento para 2022 “sem uma única ideia ou proposta”, estando apenas “motivado em atrapalhar” sucesso do povo dos Açores.

“Deste lado está o povo dos Açores que quis um novo rumo e escolheu uma alternativa. Do outro lado está o passado, com os socialistas que se apresentam neste debate sem uma única ideia, sem uma única proposta. E em contradição consigo próprios: iniciam o debate dizendo que iriam ter uma postura construtiva, mas não vimos nada de construtivo na intervenção do PS”, afirmou João Bruto da Costa, na Assembleia Legislativa dos Açores, no início do debate das propostas de Orçamento e Plano para 2022.

O líder da bancada social-democrata destacou a capacidade de “diálogo e concertação” na preparação das propostas de Orçamento e Plano para 2022, de modo a garantir uma “nova vida aos açorianos”.

“Infelizmente, os socialistas do passado apresentam-se neste debate apenas motivados em atrapalhar o sucesso do povo dos Açores. É uma minoria muito incomodada com o sucesso deste Governo e das suas medidas. E é uma minoria muito incomodada por não ter acertado uma única das previsões que fez sobre esta governação”, disse.

João Bruto da Costa lamentou que o Partido Socialista “tenha passado as últimas semanas a falar em supostos ‘buracos’ no Orçamento”, quando foi o PS que “deixou aos açorianos vários buracos financeiros”.

“Os senhores conhecem, como ninguém, o que é cavar buracos, como os buracos financeiros que deixaram na SATA e no Serviço Regional de Saúde. Aliás, é bom lembrar que os dois Orçamentos apresentados pelo atual Governo dos Açores são os maiores de sempre para a Saúde.

O líder parlamentar do PSD/Açores acrescentou que o Governo Regional, através de “entendimentos e cooperação” com os partidos que o suportam, está empenhado em que haja uma “estratégia de futuro” para a Região.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

CASTELO BRANCO

ALTERAÇÃO DA MORADA DE VOTAÇÃO DA SECÇÃO BELMONTE, PUBLICADO NO PL DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os Militantes do Distrito, dotados de capacidade Eleitoral, conforme a respetiva Secção de inscrição em que militam: Belmonte, Castelo Branco; Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Rodão, para reunirem no dia 4 de dezembro (sábado) a partir das 14H00 às 20H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Política Distrital;
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital;
5. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.

Nota: As urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

Os Militantes votam nos seguintes Locais.

Belmonte – Largo Dr. António José de Almeida, 21 -6250-031 Belmonte.

Castelo Branco – Sede Distrital – Rua Prior Manuel de Vasconcelos, 34-Loja 1-R/c Castelo Branco

Covilhã – Hotel Pura Lã – Alameda Pêro da Covilhã – Covilhã.

Fundão – Sede Concelhia – Rua dos Restauradores, Lote 14 – Loja 3 – Fundão.

Idanha-a-Nova – Sede Distrital – Rua Prior Manuel Vasconcelos, 34-Loja 1 R/c – Castelo Branco.

Oleiros – Edifício. da Santa Casa da Misericórdia – Praça do Município – Fração L – Oleiros.

Penamacor – Rua 25 de Abril, 66-1º Penamacor.

Proença-a-Nova – Rua do Cartaxo – R/c – Proença-a-Nova.

Sertã – Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal – Centro Comercial Avenida – Loja 3 – Sertã.

Vila de Rei – Sede Concelhia – Rua Dr. Eduardo de Castro, 6 – Vila de Rei.

Vila Velha de Rodão – Sede Distrital – Rua Prior Manuel Vasconcelos, 34-Loja 1 – R/c – Castelo Branco.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o substitua na sede Distrital até às 24H00 do dia 30 de novembro, encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia 30 de novembro das 21H00 às 24H00.

As listas de candidatura dos Delegados de Secção, deverão ser entregues aos Presidentes da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos.

Todas as Secções deverão providenciar cinco urnas para a realização do ato Eleitoral.

SECÇÕES

LAGOA

Na esteira do Parecer do Conselho de Jurisdição Distrital de Faro de 18 de novembro de 2021, ao abrigo dos Estatutos, do Regulamento Eleitoral e do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 39º Congresso Nacional do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes da Secção de Lagoa, dotados de capacidade eleitoral ativa, para a eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital Faro, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de Novembro de 2021, entre as 14H00 e as 20H00, com a

seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Desempate de Eleição: Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital;

Notas: A Eleição decorrerá na sede de Secção de Lagoa, sita R. Joaquim Eugénio Júdice, nº 3, 1º Esq, Lagoa do PSD, Distrito de Faro, entre as 14H00 e as 20H00.

Mantêm-se válidos todos os procedimentos do primeiro escrutínio, nomeadamente Listas apresentadas, assim como os cadernos eleitorais e respetivas adendas.

MELGAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes da Secção de Melgaço para reunir em sessão ordinária no próximo dia 15 de janeiro (sábado) de 2022, pelas 17H00 na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Augusto César Esteves, n.º 269– R/c, em Melgaço, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD, Secção de Melgaço.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Augusto César Esteves, n.º 269 – R/c, em Melgaço a um dos membros da Comissão Administrativa presente, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira dia 12 de janeiro de 2022).

A sede concelhia encontrar-se-á aberta para o efeito, entre as 21H00 e as 24H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ERRATA

I CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o III Conselho Nacional Extraordinário da JSD, a realizar no dia 01 de dezembro de 2021, (quarta-feira) pelas 16h00m, no Cine-Teatro de São Pedro, sita na Rua 25 de Abril, 2380-042 Alcanena - Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Análise, discussão e aprovação sobre as listas dos elementos da JSD a indicar como candidatos a deputados nas listas do PSD à Assembleia da República mediante proposta da CPN e dos Conselhos Distritais, conforme o previsto na alínea n) do artigo 33.º dos Estatutos Nacionais da JSD.

Nota: Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Para o efeito será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 26 de Dezembro, domingo, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Arruda dos Vinhos, sita na Avenida Timor Lorosae, nº 17 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Arruda dos Vinhos.

Nota: as listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, 23/12/2021, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21h00m – 23 horas.

IV CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o IV Conselho Distrital Ordinário do mandato 2021-2023 para reunir no próximo dia 11 de Dezembro (sábado), pelas 17 horas e 00 minutos, na sede da JSD Sobral de Monte Agraço, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº 9 1ºEsq., 2590-021 Sobral de Monte Agraço, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço das eleições autárquicas 2021;
- 2 – Outros assuntos.

RATEIO DE DELEGADOS RESIDENCIAIS AO CONGRESSO DISTRITAL DA JSD VISEU

CONCELHIA	N.º DE DELEGADOS
Viseu	10
Moimenta da Beira	6
Mangualde	6
Carregal do Sal	4
Tondela	3
Oliveira de Frades	3
Resende	3
Lamego	3
S. Pedro do Sul	2
Santa Comba Dão	2
Armamar	2
Cinfães	2
Sernancelhe	2
S. João da Pesqueira	1
Tarouca	1



Convocatória

De acordo com o nº 2 do art.º 43 dos estatutos, convoco a Assembleia Distrital dos TSD para reunir, em reunião extraordinária, na Sede dos TSD sito Rua Guerra Junqueiro nº 64 da cidade do Porto, no dia 27 de novembro de 2021, (sábado) das 18:00 horas às 20:00 horas, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados dos TSD ao 39º Congresso Nacional do PSD (alínea “g” do Artigo 44 dos Estatutos)

Porto, 15 de novembro de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD/Porto

(Manuel Pereira Gomes)